

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2013

(aprovado no Plenário do CES de 28 de maio de 2014)

ÍNDICE

1 – Nota introdutória

2 – Atividades desenvolvidas

2.1. Avaliação dos objetivos do Plano de Atividades para 2013

3 – Estrutura organizacional e funcional

3.1. Recursos humanos

3.2. Recursos materiais

3.3. Orçamento e execução financeira



1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Conselho Económico e Social, doravante designado por CES, "é o órgão de consulta e concertação no domínio da política económica e social, participa na elaboração dos planos de desenvolvimento económico e social e exerce as demais funções que lhe sejam atribuídas por lei", conforme se plasma no artigo 92º da Constituição da República Portuguesa.

De entre as funções consultivas atribuídas por lei, no caso, a Lei nº 108/91, de 17 de agosto (na sua atual redação), salienta-se as opiniões que emite sobre os anteprojetos das grandes opções e dos planos de desenvolvimento económico e social, antes de aprovados pelo Governo, sobre as políticas económica e social, bem como sobre a respetiva execução ou apreciação das posições de Portugal nas instâncias da União Europeia, no âmbito das políticas económica e social e, bem assim, sobre a utilização nacional dos fundos comunitários.

O modo como o CES se pronuncia ou aprecia, dada a sua natureza de órgão consultivo, é através da emissão de pareceres, sendo que, nuns casos estes são solicitados pelo Governo ou pela Assembleia da República, assumindo não raras vezes, natureza obrigatória por determinação legal e, outros decorrem do chamado "direito de iniciativa".

No que tange a sua função de concertação, dispõe-se na lei que cabe ao CES "promover o diálogo e a concertação entre os parceiros sociais", função que se encontra autonomizada no âmbito da chamada Comissão Permanente da Concertação Social (CPCS), na qual, para além do Governo, têm assento as confederações sindicais e patronais.

Para além das funções consultiva e de concertação, o Código do Trabalho de 2003 atribuiu-lhe também funções no domínio das chamadas arbitragem obrigatória e necessária, igualmente consagradas no Código do Trabalho de 2009 e reguladas pelo Decreto-Lei nº 259/2009, de 25 de setembro.

O CES é presidido por um Presidente, eleito pela Assembleia da República, coadjuvado por quatro Vice-presidentes, decorrendo a sua composição igualmente da Lei nº 108/91.



2. Atividades desenvolvidas

As restrições financeiras vividas durante os três últimos anos condicionaram significativamente as iniciativas do CES em 2013 que ainda assim conseguiu acomodá-las através da conclusão da renegociação de praticamente todos os contratos de prestação de serviços, do não preenchimento dos postos de trabalho dos trabalhadores que têm vindo a cessar funções no organismo e por uma muito limitada presença em compromissos internacionais.

2.1. Avaliação dos objetivos do Plano de Atividades para 2013

É neste contexto que o presente relatório sintetiza as atividades desenvolvidas pelo organismo em 2013. Da sua análise conclui-se que, apesar dos referidos constrangimentos, a grande maioria dos projetos e objetivos previstos no Plano de Atividades do CES para 2013 foi alcançada e até ultrapassada e a avaliação global de desempenho da instituição é francamente positiva. Uma nota final para referir a dedicação e o profissionalismo da equipa que integra o Conselho.

O presente relatório teve em consideração o Plano de Atividades do CES para 2013 no qual foram assumidos os cinco objetivos abaixo identificados e neste ponto analisados na perspetiva da sua concretização:

i) Produzir pareceres e estudos por solicitação de órgãos de soberania

Parecer sobre o Documento de Estratégia Orçamental 2013-2017

O relator do parecer foi o conselheiro Adriano Pimpão, tendo a sua aprovação pela CEPES tido lugar a 16 de maio, depois de discutido em duas reuniões de grupo de trabalho. Na sessão do Plenário do CES de 22 de maio, o parecer foi aprovado sem votos contra e com 7 abstenções, tendo sido apresentada uma declaração de voto pelos representantes do Governo.

Parecer sobre o Orçamento Retificativo ao Orçamento do Estado para o ano de 2013

O conselheiro João Ferreira do Amaral foi o relator deste parecer aprovado em sessão Plenária da CEPES a 12 de junho, sem votos contra e com 3 abstenções dos representantes do Governo – que apresentaram uma declaração de voto – depois de discutido numa reunião do grupo de trabalho no dia 7 do mesmo mês. Por deliberação do Conselho Coordenador não foi discutido no Plenário do CES, por se considerar que o Parecer exprimia validamente a posição do Conselho - cfr. nº1 do artº45º do Regulamento de Funcionamento.

Parecer sobre a Proposta de Grandes Opções do Plano para 2014

O parecer teve como relatora a Conselheira Adília Lisboa e foi aprovado em Plenário do CES a 9 de outubro com 6 abstenções, 5 dos representantes do Governo e 1 do



Setor Empresarial do Estado e o voto contra de um dos representantes do CNOP. Foram apresentadas três declarações de voto: do Governo, da CGTP e do Conselheiro José de Almeida Serra.

O documento foi previamente discutido em duas reuniões de grupo de trabalho e aprovado pela CEPES sem votos contra.

Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2012

A Conselheira Ana Paula Bernardo foi a relatora deste parecer que foi aprovado na reunião do Plenário do CES de 9 de outubro com 6 abstenções e o voto contra de um dos representantes do CNOP. O documento foi previamente discutido em duas reuniões de grupo de trabalho e aprovado pela CEPES no dia 23 de setembro sem votos contra.

Parecer sobre o Orçamento do Estado para 2014

O último parecer do CES de 2013 teve como relatores o conselheiro João Ferreira do Amaral e o conselheiro João Cyrillo Machado e foi aprovado em Plenário a 4 de novembro, com 29 votos a favor, 14 abstenções e sem votos contra. O documento foi preparado em duas sessões de grupo de trabalho e discutido e aprovado na CEPES a 29 de outubro com 7 abstenções e sem votos contra, tendo sido apresentada uma declaração de voto pelos representantes do Governo e outra pela CGTP.

ii) Produzir pareceres e estudos sobre matérias relevantes de natureza económica e social que, no quadro das suas competências e por iniciativa própria, entenda concretizar

Em 2013 o CES aprovou dois pareceres de iniciativa cuja discussão foi iniciada ainda em 2012 e que tiveram por base estudos contratualizados pelo CES sob financiamento do Programa de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu (POAT FSE) e do Programa de Assistência Técnica do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (POAT FEDER).

Parecer de Iniciativa acerca das “Consequências económicas, sociais e organizacionais decorrentes do envelhecimento da população”

O seu relator foi o conselheiro Manuel Lemos tendo o parecer sido aprovado na reunião do plenário de 13 de março com 39 votos a favor, 8 abstenções e sem votos contra. Foi apresentada uma declaração de voto pela CGTP.

Parecer de Iniciativa acerca da “Competitividade das Cidades, Coesão Social e Ordenamento do Território”

O parecer teve como relator o conselheiro Nuno Vitorino e foi aprovado a 13 de março com 37 votos a favor, 3 abstenções e 7 votos contra. Foi apresentada uma declaração de voto pelos representantes do Governo e outra pela CGTP.



iii) Implementar o regime jurídico da arbitragem obrigatória e assegurar o apoio administrativo e técnico ao seu funcionamento

Definição de serviços mínimos

O apoio ao funcionamento dos Tribunais Arbitrais continuou a ser consolidado em 2013 tendo o CES recebido da parte da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) 67 pedidos de arbitragem obrigatória para determinação de serviços mínimos e notificado 60 decisões arbitrais. Duas destas decisões arbitrais foram objeto de recurso, 2 deles interpostos pela parte sindical no âmbito do mesmo processo e 1 deles pela parte patronal. No âmbito da greve geral de dia 27 de junho foram remetidos ao CES 7 processos de arbitragem para determinação de serviços mínimos tendo sido proferidas 7 decisões arbitrais.

Convenções coletivas

No ano em referência continuou a decorrer o processo cuja parte requerente é o Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro (SMAQ) e a parte requerida a Travessia do Tejo Transportes (FERTAGUS).

iv) Apoiar técnica e administrativamente o funcionamento dos vários órgãos - Plenário, Comissão Permanente de Concertação Social, Comissões Especializadas e Conselhos Coordenador e Administrativo – bem como das comissões e grupos de trabalho criados, designadamente nos domínios do apoio técnico-jurídico e administrativo, da produção de documentação e informação, secretariado e relações públicas

No âmbito do Plenário

O Plenário do CES reuniu-se 4 vezes durante o ano sendo de destacar a aprovação dos pareceres solicitados e que se encontram detalhados no objetivo i). Os membros do Plenário participaram ainda em vários encontros e debates promovidos pelo CES que se detalham abaixo:

Encontro-debate “Justiça económica em Portugal”

O CES promoveu a 21 de fevereiro, um encontro-debate para apresentação do estudo subordinado ao tema “Justiça económica em Portugal” concluído no final de 2012 pela Fundação Francisco Manuel dos Santos em parceria com a Associação Comercial de Lisboa. Este estudo procurou analisar a dicotomia entre o sistema de justiça e a atração de investimento para o país. Para além dos conselheiros do CES, participaram no encontro os coordenadores científicos do estudo, Mariana França Gouveia, Pedro Magalhães, Nuno Garoupa e Jorge Carvalho.



Encontro-debate “Relatório para o Crescimento Sustentável - Uma visão Pós-Troika”

O CES promoveu a 14 de março, um encontro-debate para apresentação, por Jorge Moreira da Silva, do “Relatório para o Crescimento Sustentável – Uma visão Pós-Troika”, realizado pela Plataforma para o Crescimento Sustentável. O relatório identifica 27 desafios estratégicos e 511 recomendações para libertar o potencial de crescimento de Portugal. Este documento foi elaborado num quadro de uma ampla participação pública e com o envolvimento de *think-tanks* e peritos nacionais e internacionais.

Discussão do “Acordo de Parceria” (Quadro Estratégico Comum Europeu 2014-2020)

No dia 15 de maio decorreu nas instalações do CES uma reunião entre uma delegação do Governo e conselheiros do CES para análise e discussão do “Acordo de Parceria” a celebrar entre Portugal e a Comissão Europeia no âmbito do Quadro Estratégico Comum Europeu para o período de 2014 a 2020. Este acordo foi apresentado pelo Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e pelo Secretário de Estado da Agricultura.

Conferência “Consensus e Reforma Institucional”

O Banco de Portugal, o CES e a Fundação Calouste Gulbenkian promoveram a realização da conferência “*Consensus e Reforma Institucional*” que teve lugar no dia 24 de maio em Lisboa, nas instalações da Fundação. Com a realização desta conferência pretendeu-se contribuir para um amplo debate acerca da importância da cooperação institucional em processos de ajustamento, procurando-se igualmente uma reflexão sobre a especificidade nacional em termos de reformas estruturais e das instituições nacionais.

Seminário “Envelhecimento da população: consequências económicas, sociais e organizacionais”, no Auditório do Montepio Geral

O CES organizou este seminário a 26 de junho, com o objetivo de promover o debate acerca do envelhecimento da população em Portugal através do contributo de reconhecidos oradores nacionais e internacionais. Durante o encontro foi apresentado o parecer de iniciativa do CES no âmbito da temática bem como o estudo contratualizado à Universidade Católica Portuguesa que serviu de base àquele parecer.

Seminário “Apoio Domiciliário e Trabalho Doméstico: Perspetivas de Emprego”

Este seminário, organizado pelo CES, decorreu a 29 de novembro e procurou promover o debate da temática referente ao trabalho domiciliário e trabalho doméstico, com especial ênfase nas questões associadas ao apoio domiciliário e contou com intervenções de Robert Anderson, Rie Vejs-kjeldgaard, Susana Luz, Armando Farias e Marcelino Pena Costa. Neste evento foi apresentado o estudo “More and better jobs in homecare services - Portugal” da Fundação Europeia para a melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Eurofound).



No âmbito das Comissões Especializadas

A especificidade dos pareceres do CES elaborados em 2013 determinou que o trabalho prévio à sua aprovação em Plenário fosse desenvolvido sobretudo no âmbito da CEPES cujo plenário e grupos de trabalho se reuniram 6 e 11 vezes, respetivamente, no período em referência. A CDROT reuniu-se 1 vez em plenário para análise do projeto de parecer de iniciativa sobre a “Competitividade das cidades, coesão social e ordenamento do território”.

No âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS)

Reuniões do Plenário

Durante 2013, realizaram-se 17 reuniões plenárias da CPCS nas quais participaram, de forma regular, representantes do Governo das áreas do emprego, segurança social, economia e agricultura.

A primeira reunião do ano, realizada a 22 de janeiro, foi dedicada ao balanço do “Compromisso para o Crescimento Competitividade e Emprego” (CCCE) celebrado a 18 de janeiro de 2012 e à apresentação da proposta do Governo para o fundo de compensação do trabalho (FCT), o fundo de garantia de compensação do trabalho (FGCT) e o mecanismo equivalente (ME).

A 4 de fevereiro teve lugar a audição prévia dos parceiros sociais antes do Conselho Europeu de 7 e 8 de fevereiro que tinha como ordem de trabalhos as perspetivas financeiras plurianuais e a negociação dos fundos estruturais. Esta reunião contou com a presença do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

Na reunião de 19 de fevereiro teve lugar a discussão da Garantia Jovem, do FCT, do FGCT, do ME e das medidas ativas de emprego.

A 6 de março foi retomado o tema das medidas ativas de emprego com a presença do presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional e abordada a questão das portarias de extensão.

Na reunião de 12 de março, que contou com a presença do Primeiro-Ministro, foi feita a apresentação das perspetivas para o Conselho Europeu de 14 e 15 de março que abordou o Semestre Europeu, o aprofundamento da União Económica e Monetária bem como as relações externas da União.



Na sessão de 19 de março foram discutidas as políticas de crescimento económico e anunciada pelo Governo a preparação da estratégia industrial para 2020 bem como da estratégia para o turismo e para o comércio. Os parceiros sociais foram ainda ouvidos em relação ao salário mínimo nacional.

A 16 de abril foram revisitadas as medidas ativas de emprego com o objetivo final de proceder à respetiva sistematização e simplificação de modo a que melhor chegassem aos interessados, tendo sido dado conta da evolução do grupo de trabalho criado para esta temática.

Na reunião de 2 de maio o Governo apresentou a sua proposta para a “Estratégia de Crescimento, Emprego e Fomento Industrial”, que consubstancia grandes linhas de ação não abordando setores específicos. Este documento prevê a existência de planos de ação setoriais que serão preparados pelos próprios setores. O Governo referiu ainda a relevância da realização de avaliações trimestrais relativas às medidas previstas no documento e a importância da participação dos parceiros sociais nessa avaliação.

A sessão de 20 de maio, que contou com a presença do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, foi dedicada à preparação do Conselho Europeu de 22 de maio que teve como ordem de trabalhos a “Energia e Combate à Fraude e Evasão Fiscal”.

Na reunião de 21 de maio foi apresentado, no âmbito do novo quadro comunitário de apoio, o “Acordo de Parceria” que visa uma melhor utilização dos fundos comunitários e solicitado os contributos dos parceiros sociais sobre o mesmo. Esteve presente na reunião o Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional.

O Primeiro-Ministro presidiu à reunião de 25 de junho que teve como ponto único a preparação do Conselho Europeu de 27 e 28 junho, em particular no que concerne à Política Económica, à União Económica e Monetária, incluindo a União Bancária e às Relações com Parceiros Estratégicos.

Na sessão de 31 de julho foi lançada a consulta pública do anteprojeto de Reforma do IRC que incorpora o relatório “Uma Reforma do IRC orientada para a Competitividade, o Crescimento e o Emprego” bem como o ante projeto de Lei, que visa transformar o IRC num imposto mais moderno e estável. Foi ainda discutido o alargamento do período de aplicação da Lei n.º 3/2012, de 10 de janeiro, tendo o Governo proposto que possam ser objeto de duas renovações extraordinárias os contratos de trabalho a termo certo.

A reunião de 16 de setembro, que contou com a presença do Vice-Primeiro-Ministro, foi dedicada à preparação da 8ª e 9ª avaliação da *troika* tendo o Governo referido ser



da maior importância fazer um ponto da situação e ouvir os parceiros sociais antes do início daquele processo que deve decorrer num clima de concertação social.

A 23 de outubro teve lugar uma troca de impressões sobre o Conselho Europeu de 24 e 25 de outubro, com a presença do Primeiro-Ministro. Esse Conselho Europeu teve uma ordem de trabalhos centrada na economia digital, inovação e serviços e no seu contributo para a economia e aumento de competitividade na Europa, bem como no ponto de situação do processo económico e avaliação das políticas económicas e sociais no seio da União Europeia.

A agenda da reunião de 13 de novembro teve como ponto único a apresentação da Proposta de Orçamento do Estado para 2014. O Primeiro-Ministro presidiu à reunião e salientou que este será o último orçamento antes da finalização do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) e tem as suas grandes linhas assentes na negociação feita aquando da 7ª avaliação da *troika*, depois completada pela 8ª e 9ª, tendo por base a meta dos 4% do défice fixada para 2014.

A Ministra de Estado e das Finanças esteve presente na reunião de 2 de dezembro que foi dedicada à preparação da 10ª avaliação da *troika*, com início a 4 de dezembro; à apresentação e discussão de projeto de decreto-lei que altera o regime de pensões com vista à sua sustentabilidade. Foi ainda discutida a implementação da Garantia para a Juventude, que tem como objetivo garantir que todos os jovens com menos de 25 anos beneficiem de uma boa oferta de emprego ou formação, no prazo de quatro meses após terem ficado desempregados ou terem terminado o ensino formal.

A última reunião do ano teve lugar a 18 de dezembro e foi presidida pelo Primeiro-Ministro. A sessão teve como ponto único a informação prévia aos parceiros sociais sobre o Conselho Europeu que se realizou nos dias 19 e 20 de dezembro em Bruxelas no âmbito do quadro financeiro plurianual.

Outras reuniões

Reuniões da *troika* com os parceiros sociais

No âmbito das avaliações do PAEF, em 2013 tiveram lugar, no CES, 3 reuniões entre os representantes da *troika*, composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia e os parceiros sociais. Aquelas tiveram lugar a 28 de fevereiro (7ª avaliação), 17 de setembro (8ª e 9ª avaliação) e 11 de novembro (10ª avaliação).

Reunião da Comissão Executiva do Banco Central Europeu (BCE) com parceiros sociais

No dia 22 de fevereiro Benoit Coeuré, membro da Comissão Executiva do BCE, reuniu-se com os parceiros sociais no CES para análise da situação económica e social do país.



Reunião entre parceiros sociais austríacos e portugueses

O CES promoveu uma reunião entre parceiros sociais austríacos e portugueses, que incidiu sobre as políticas económicas dos dois países, as iniciativas dos parceiros sociais no âmbito da crise, a flexibilização do mercado de trabalho, as repercussões do programa da *troika* em Portugal e as mudanças da estrutura económica. Este evento decorreu no CES a 18 de abril.

Reunião entre eurodeputados e parceiros sociais

Uma delegação de 12 deputados de diversos grupos políticos da Comissão de Assuntos Económicos e Monetários do Parlamento Europeu reuniu-se a 30 de abril no CES com os parceiros sociais com vista à discussão das reformas em curso e das medidas de recuperação da economia portuguesa.

Reunião entre parceiros sociais e Richard Freeman (Universidade de Harvard)

O CES promoveu, a 25 de maio, um encontro-debate entre o professor doutor Richard Freeman da Universidade de Harvard e os parceiros sociais com o objetivo de partilha de pontos de vista acerca da situação económica atual e do mercado laboral do país. Richard Freeman é perito em economia do trabalho tendo publicados estudos no âmbito das relações laborais, da negociação coletiva, da estrutura salarial e dos jovens no mercado de trabalho entre outros.

Reunião de delegação tripartida da Índia com parceiros sociais

Esta reunião decorreu a 28 junho no CES, no seguimento da visita da delegação tripartida da Índia a países da União Europeia, com o objetivo de intercâmbio de experiências e boas práticas no âmbito da proteção social e da resposta à crise. A delegação integrou responsáveis de alto nível, tanto do Ministério do Trabalho e do Emprego como de organizações de trabalhadores e de empregadores daquele país.

Reunião de delegação de jornalistas alemães com parceiros sociais

A Representação da Comissão Europeia em Portugal juntamente com o CES promoveu um encontro entre os parceiros sociais e uma delegação de jornalistas de meios de comunicação de referência da Alemanha. Esta reunião decorreu a 4 de novembro e teve como propósito partilhar com os profissionais alemães alguns aspetos da evolução recente económica e social portuguesa bem como perspetivas para o futuro.

v) Cooperar com instituições congéneres a nível internacional

À semelhança de anos anteriores a cooperação institucional do CES com instituições internacionais tem sido condicionada pelas dificuldades inerentes à participação em reuniões de trabalho no estrangeiro dadas as restrições orçamentais no âmbito da contenção da despesa pública nacional. Essa participação tem-se limitado às reuniões



cujos custos de viagem e alojamento são suportados pelos organizadores. Apesar destas restrições, o CES tem-se empenhado numa colaboração próxima com os seus congéneres internacionais, sendo de destacar as seguintes iniciativas:

Seminário "Diálogo social e desenvolvimento"

A 31 de janeiro o CES organizou um seminário sobre o "Diálogo social e desenvolvimento", em parceria com o escritório da Organização Internacional do Trabalho em Lisboa, o Centro de Estudos da Universidade de Coimbra e o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A intervenção do presidente do CES versou sobre "O diálogo social como nova forma de governação".

Sessão de formação com o CES da Guatemala

A 22 de março o CES participou, a convite do seu congénere espanhol, numa sessão de formação em Madrid a uma delegação de parceiros sociais da Guatemala. Esta colaboração inseriu-se no âmbito do programa EUROSOCIAL para a coesão social na América Latina, financiado por fundos comunitários e teve como principal objetivo a partilha de melhores práticas ao nível da elaboração de pareceres.

Reunião do Comité Diretor da Estratégia Europa 2020

A 13 de junho e a convite do Comité Económico e Social Europeu (CESE), o CES participou na reunião do Comité Diretor da Estratégia Europa 2020 em Bruxelas, que teve como enfoque as posições dos Estados-Membros relativamente às recomendações específicas por país da Comissão Europeia e o envolvimento nos Planos Nacionais de Reforma.

Seminário "Civil Society 2013"

A convite do CESE, o CES participou neste evento, realizado em Bruxelas a 25 e 26 de novembro sob o tema "Towards the European Parliament elections - communicating the added value of Europe". Este seminário tratou a questão da comunicação institucional da União Europeia tocando em temas como a construção da imagem Europeia, o custo do cenário de uma "não-Europa", o impacto das mudanças do panorama mediático na comunicação pública bem como os desafios inerentes à campanha das próximas eleições europeias.

Atelier "Promover o diálogo social nacional tripartido para uma melhor governança sócio económica"

A 17 de dezembro o CES participou nesta sessão de formação a uma delegação de parceiros sociais de vários países africanos, no Centro Internacional de Formação da Organização Internacional de Trabalho em Turim, tendo sido responsável por uma apresentação no âmbito do tema "Um órgão de diálogo tripartido: a experiência do CES português".



3. Estrutura organizacional e funcional

3.1. Recursos humanos

Para a prossecução dos projetos e atividades constantes no Plano de Atividades para 2013 o CES dispôs do mapa de pessoal seguinte, de acordo com o estipulado nos artigos 5º e 116º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, em conjugação com as orientações e modelos disponibilizados pela Direção Geral do Orçamento e Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

Mapa síntese dos recursos humanos em 2013

Atribuições	Cargo/carreira/categoria	Nº postos de trabalho
Apoio ao presidente	Presidente	1
	Secretária-Geral	1
	Coordenadora	1
	Consultoras	2
	Secretárias	3
Serviços de apoio técnico e administrativo	Coordenadora técnica	1
	Assistentes técnicas	3
	Assistentes operacionais	3
Total		15

Por decisão do presidente do CES, dada a necessidade de acomodação das restrições orçamentais enfrentadas pelo organismo, não foi desencadeada a substituição da técnica superior que cessou funções no Conselho neste ano. De notar que, por referência aos recursos humanos do Conselho em novembro de 2009, no final de 2013 encontravam-se por preencher 5 postos de trabalho – equivalente a 25% do então mapa de pessoal - designadamente um consultor do gabinete do presidente, dois técnicos superiores, um assistente técnico e um assistente operacional.

Formação profissional

Tendo presente a disponibilidade orçamental e a adequação dos conteúdos programáticos às atribuições do Conselho, a formação dos trabalhadores em 2013 foi quase exclusivamente “*on-the-job*” e centrada no âmbito da aplicação GERFIP, visando



a consolidação dos processos de apoio à atividade do CES. A coordenadora técnica dos serviços de apoio participou ainda numa ação de formação sobre a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso com a duração de 7 horas tendo ainda o CES apoiado a sua frequência - em regime pós laboral – de formação em gestão de recursos humanos e idiomas estrangeiros, num total de 200 horas.

3.2. Recursos materiais

Em 2013 foi mantida a preocupação pela conservação do edifício onde decorrem as atividades do CES, tendo sido realizadas intervenções pontuais com esse propósito. Foram ainda substituídos alguns equipamentos indispensáveis ao funcionamento da rede informática e de comunicações.

3.3. Orçamento e execução financeira

A análise do orçamento disponível do CES revela que em 2013, à semelhança dos anos anteriores, se verificou um grau de execução orçamental muito elevado. Esta execução atingiu 99% em termos totais, com ou sem a despesa relativa ao projeto cofinanciado pelo POAT FSE, o qual ficou concluído em junho de 2013.

Informação Financeira do CES (exclui a Arbitragem Obrigatória)

	2010	2011	2012		2013	
			Exclui projetos cofinanciados	Inclui projetos cofinanciados ¹	Exclui projetos cofinanciados	Inclui projetos cofinanciados ²
(a) Orçamento retificado	1.486.000	1.335.791	1.152.984	1.462.104	1.150.689	1.154.512
(b) Orçamento executado	1.480.789	1.277.111	1.131.001	1.419.130	1.136.543	1.139.950
(c) Taxa de execução	100%	96%	98%	97%	99%	99%
(d) Transferência para Parceiros Sociais	525.936	525.936	525.936	525.936	477.416	477.416
% do Orçamento Executado (d)/(b)	36%	41%	47%	37%	42%	42%
(e) Despesa direta do CES (b)-(d)	954.853	751.175	605.065	893.194	659.127	662.534
% do Orçamento Executado (e)/(b)	64%	59%	53%	63%	58%	58%

A despesa total executada pelo CES em 2013, registou uma redução de cerca de 20%, incluindo a relativa a projetos cofinanciados. Se excluirmos da análise a verba relativa

¹ Inclui as fontes de financiamento relativas ao cofinanciamento dos projetos apoiados pelo POAT FSE e POAT FEDER.

² Inclui a fonte de financiamento relativa ao cofinanciamento do projeto apoiado pelo POAT FSE.



ao projeto cofinanciado pelo FSE a despesa total executada, comparativamente ao ano de 2012 registou um ligeiro aumento de 0,5%. Este acréscimo resultou essencialmente do aumento das despesas com pessoal, por força das alterações ocorridas relativamente ao pagamento dos subsídios de férias e de natal e do aumento da comparticipação do CES para a Caixa Geral de Aposentações. Pelo mesmo motivo verificou-se um aumento da despesa direta do CES em 9%, face ao ano de 2012. Contudo, comparativamente com os anos de 2011 e de 2010 a despesa direta do CES registou uma redução de 12% e 31%, respetivamente.

Por força da redução do *plafond* atribuído ao CES em sede de aprovação do Orçamento do Estado para 2013 foi imprescindível fazer repercutir essa redução nas transferências para os parceiros sociais, tendo as mesmas registado uma redução de 9% face aos anos anteriores.

Principais rubricas orçamentais do CES (exclui a Arbitragem Obrigatória)

			2012		2013	
	2010	2011	Exclui projetos cofinanciados	Inclui projetos cofinanciados ³	Exclui projetos cofinanciados	Inclui projetos cofinanciados ⁴
(a) Despesas com pessoal	694.737	585.080	488.819	488.819	531.610	531.610
(b) Transferência para Parceiros Sociais	525.936	525.936	525.936	525.936	477.416	477.416
(c) Sub total (a)+(b)	1.220.673	1.111.016	1.014.755	1.014.755	1.009.026	1.009.026
% do Orçamento executado	82%	87%	90%	72%	89%	89%
(d) Aquisição de bens e serviços	216.115	117.406	100.484	388.613	96.277	99.684
(e) Sub total (c)+(d)	1.436.788	1.228.422	1.115.239	1.403.368	1.105.302	1.108.710
% do Orçamento executado	97%	96%	99%	99%	97%	97%
Orçamento executado	1.480.789	1.277.111	1.131.001	1.419.130	1.136.543	1.139.950
Orçamento retificado	1.486.000	1.335.791	1.152.984	1.462.104	1.150.689	1.154.512

Manteve-se durante o ano uma gestão criteriosa e prudente, concretizada na decisão do não preenchimento dos postos de trabalho dos trabalhadores que têm vindo a cessar funções no Organismo conforme já referido, na renegociação dos poucos contratos de prestação de serviços cuja renegociação ainda não tinha sido possível e no controlo de despesas associadas a trabalho extraordinário, ajudas de custo e comunicações.

³ Inclui as fontes de financiamento relativas ao cofinanciamento dos projetos apoiados pelo POAT FSE e POAT FEDER.

⁴ Inclui a fonte de financiamento relativa ao cofinanciamento do projeto apoiado pelo POAT FSE.



A análise da estrutura da despesa, demonstra que as rubricas “Despesas com pessoal” e “Transferências para parceiros sociais”, continuam a representar quase 90% do orçamento executado do CES, o que traduz uma elevada rigidez orçamental. Note-se que o valor da rubrica de “Aquisição de bens e serviços”, imprescindíveis ao funcionamento do Conselho, encontra-se num limite mínimo abaixo do qual ficará comprometida a missão do organismo.

A informação constante do quadro abaixo mostra que a despesa associada à atividade da arbitragem obrigatória no ano de 2013 totalizou EUR 153.301, o que representou uma taxa de execução de 89% e um acréscimo de 27% face a 2012. Com vista à cobertura das despesas inerentes à prossecução desta atividade foi solicitada e autorizada a integração do saldo da gerência de 2012, num total de EUR 70.659.

Deve referir-se que a despesa efetuada no âmbito da atividade de arbitragem depende, em grande parte, do número de solicitações externas remetidas ao CES para constituição de tribunais arbitrais.

Informação Financeira da Arbitragem Obrigatória

	2010	2011	2012	2013 ⁵
(a) Orçamento retificado	216.872	108.995	144.275	172.860
(b) Orçamento executado	155.251	80.249	121.092	153.301
(c) Taxa de execução	72%	74%	84%	89%

A Secretária-Geral

Ama Catarina Braga

Catarina Braga

Lisboa, 6 de fevereiro de 2014

⁵ Inclui integração de saldos de gerência no valor de EUR 70.659.

